

Entrevista à
Responsável
Da RBE na
DREC



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR
Covilhã | Portugal

Dr.^a Carla
Fernandes

UBI – Mestrado em Ciências Documentais
[2010]

Orientadores:

Professora Doutora: Maria da Graça Sardinha

Professor Doutor António Pais

Mestrando:

Pedro Rafael Neto Gomes

[Guião de Entrevista]

Apresentação e objectivos

A realização desta entrevista insere-se na recolha de dados no âmbito do Mestrado em **Ciências Documentais** da Universidade da Beira Interior sobre “**A Biblioteca Escolar: Uma Rede de Aprendizagens. O Papel das Parcerias**”

Tem como objectivo conhecer a perspectiva da técnica responsável pelo sector de Bibliotecas Escolares na Direcção Regional de Educação do Centro, Dr.^a Carla Fernandes, face à utilização da Biblioteca Escolar/ Biblioteca Pública ou outra tipologia de bibliotecas numa óptica de partilha/ parceria e uso comum dos mesmos espaços por públicos distintos. Uma abordagem aos conceitos *joint-use libraries* e *dual-use libraries*.

Os dados recolhidos destinam-se a fins puramente académicos.

(Autorização para recolha de gravação digital da entrevista e de divulgação da identidade)



1. Carla Fernandes, técnica responsável pelo sector de Bibliotecas Escolares na Direcção Regional de Educação do Centro , ao longo destes anos, nas suas funções, tem contactado directamente quer com autarcas, técnicos de bibliotecas públicas coordenadores de bibliotecas, professores bibliotecários e directores de escolas e Agrupamentos. Na sua óptica, que factores contribuíram, foram decisivos, para ao fim destes 13 anos a Rede de Bibliotecas Escolares estar implementada em todos os Concelhos do nosso país?

Carla Fernandes - Contribuiu, inegavelmente, e em primeira instância, a capacidade empreendedora do Gabinete da Rede de Bibliotecas Escolares, que, desde 1996, com uma equipa encabeçada pela Dr.^a Isabel Veiga, actual Ministra da Educação, e continuada, de forma absolutamente entusiasmante e entusiasmada, pela Dr.^a Teresa Calçada, coordenadora do Programa RBE, tem norteado a sua acção para o alargamento da rede em todo o território, desiderato que foi alcançado com a Candidatura RBE 2008, que permitiu a integração de todas as escolas básicas, sede de agrupamento, e escolas secundárias, salvo casos muito residuais (2 ao nível da região centro) que aguardam intervenção da empresa Parque Escolar.

1.1. No que se refere às Bibliotecas Públicas, embora o programa se tenha iniciado anteriormente, a abrangência de território é menor e ainda não estão instaladas em todos os Concelhos, o que lhe parece que ainda falta nesta dinâmica?

Carla Fernandes - A rede de leitura pública depende, como sabes, do Ministério da Cultura e da Direcção-Geral do Livro e das Bibliotecas (DGLB) em particular, envolvendo verbas de aplicação muito superiores, que compreendem não só o investimento nos recursos materiais, mas também em recursos humanos a longo prazo. As equipas das bibliotecas municipais requerem técnicos especializados em ciências documentais e com acrescidas competências de gestão que hoje se salientam como essenciais na administração pública. Ao avançar com este empreendimento, as autarquias, muitas vezes com orçamentos escassos, fazem um imenso esforço financeiro. Este esforço, sabemos nós que é frutífero e fundamental para a elevação do potencial humano a nível local, nomeadamente no que à aquisição das competências literárias diz respeito. Contudo, algumas vezes colocam-se aos autarcas outras



prioridades mais palpáveis e objectivas que vão relegando estas questões para segundo plano, designadamente se o nível cultural que possui não lhe permite alcançar a dimensão desta substância.

2. Em alguns Concelhos onde existem Bibliotecas Públicas e Bibliotecas Escolares não existe o serviço de SABE (Serviço de Apoio a Bibliotecas Escolares). Considera este serviço prioritário e fundamental para a existência de uma real parceria entre estas instituições?

Carla Fernandes - O SABE é essencial para consolidar os laços de parceria entre as bibliotecas escolares e as bibliotecas municipais. Constituindo-se formalmente como o serviço que apoia as bibliotecas das escolas, do ponto de vista do tratamento técnico dos documentos e da formação aos professores que se encarregam da gestão e organização das BE, assume-se como um ponto de sustentação de uma rede de trabalho que tende a ser tanto mais eficiente quanto maior for a qualificação de todos os intervenientes. Os índices de qualidade das instituições ganham substancialmente quando estas se alargam ao diálogo com outros parceiros que aportam necessariamente perspectivas de trabalho complementares das quais de extrairão caminhos.

Já ninguém tem dúvida de que o leitor se faz desde o berço, ou ainda antes, e portanto, a criança, quando acompanhada das melhores estratégias nos diferentes contextos da sua vivência experiencial (família, meio local e escola), tende a evoluir enquadrado por diferentes variáveis de oferta que conduzem ao acto de ler e a construir-se como praticante autónomo de leituras. As actividades de promoção da leitura (digo promoção e não animação) pensadas e articuladas com as escolas, em jeito de complementaridade e também do alcance de uma maior diversidade contribuirão, sem dúvida, para termos um público adulto utilizador assíduo de uma biblioteca municipal. O SABE é então o motor da construção de leitores.

Do ponto de vista funcional, o SABE tem um papel regulador fundamental no que diz respeito à gestão da colecção a nível concelhio. Os Grupos de Trabalho Concelhios que constituem a base das Redes de Bibliotecas instituídas a nível local, ao criarem o seu catálogo colectivo, terão oportunidade de verificar o investimento efectuado em termos de recursos e poderão dimensionar os actos de aquisição futuros em conformidade, isto é, de acordo com as lacunas diagnosticadas em determinadas



áreas de oferta, evitando a duplicação. A circulação dos fundos em regime de empréstimo inter-bibliotecário é igualmente uma metodologia muito interessante e adequada num momento em que os orçamentos escasseiam no plano da Administração.

2.1. Encara outras formas de cooperação/partilha?

Carla Fernandes - Todas as instituições a nível local poderão ser elementos úteis para a cooperação com o Grupo de Trabalho Concelhio de Bibliotecas. Desde outros núcleos documentais a outras instituições (Academias, Associações...) e outros públicos (primeira infância ou idosos) poderão constituir um ponto de partida para projectos de trabalho sistemático que serão gratificantes para os parceiros envolvidos.

2.2. Na sua visão esta parceria/ cooperação deve, e pode, ir até onde? (empréstimos interbibliotecas; portais concelhios; catálogos colectivos, horas do conto, animação....)

Carla Fernandes - Considero todas as hipóteses elencadas entre parêntesis possíveis e desejáveis. Substituiria apenas a palavra animação por promoção e essa mudança iria, *per si*, fazer a distinção entre o que se faz pontualmente e o que subentende uma rotina sistemática. É exactamente esta sistematicidade que faz toda a diferença na eficácia da implementação das diferentes actividades. Se planificarmos convenientemente o que fazemos e aplicarmos as estratégias adequadas, com rigor e continuidade, de acordo com um cronograma específico, somos capazes de alcançar resultados. Claro que encontraremos obstáculos e estes deverão ser aferidos através de instrumentos de avaliação que nos permitem encontrar os pontos fracos e conceber estratégias de melhoria.

2.3. Onde podemos incluir (envolver/ participar/ dinamizar) a restante comunidade local?

Carla Fernandes - A comunidade local está sempre no centro da nossa acção. As famílias são a comunidade local e as crianças estão na escola. Os adultos também estão na escola com as Novas Oportunidades, um público que temos de servir também enquanto biblioteca escolar, se for caso disso.

Em suma, a população adulta, dita não escolar, directa ou indirectamente tem ligação à escola. Os pais, os avós, os tios, aproximam-se naturalmente (não todos, mas



as pequenas partes; um dia estaremos próximos do todo). Assim, importa cada vez mais incentivar à participação destes elementos em todas as iniciativas que os Grupos de Trabalho Concelhios e as bibliotecas escolares venham a desenvolver tendo em conta o plano de acção traçado. Este é um público que deve ser contemplado destes planos globais (na lógica concelhia) e individuais (de biblioteca).

- 3. Como encara a possibilidade de uma Biblioteca de uma determinada tipologia prestar um serviço efectivo e ser gerida duplamente por outro tipo de público? Por exemplo uma biblioteca escolar servir uma comunidade durante o período não lectivo? Vantagens? Desvantagens ou obstáculos?**

Carla Fernandes - Vejo com bons olhos a abertura da biblioteca escolar à comunidade, designadamente se a nível local não existe um serviço de leitura pública. Nos casos em que esta existe, julgo de todo conveniente que se complementem, em horário de abertura diferenciados, procurando servir o melhor possível os utilizadores. Se existe um bom serviço de leitura pública, não faz sentido que a biblioteca escolar abra regularmente fora do horário lectivo, exceptuando, como é óbvio, quando se desenvolvem actividades focalizadas para o público adulto activo.

- 4. Existem algumas experiências pontuais no nosso país que a BE está aberta fora de horas ou durante o período de férias escolares para servir a comunidade. (pequeno exemplo o que foi efectuado na BE de Alpedrinha durante o verão de 2008) como encara esta possibilidade tendo em conta os recursos humanos necessários para tal?**

Carla Fernandes - Como já referi, é pertinente a abertura das bibliotecas escolares em locais distantes do serviço de leitura pública. É de louvar o esforço e a visão estratégica das autarquias e dos Directores dos Agrupamentos de Escolas que entenderam aproveitar os recursos investidos nas bibliotecas escolares para alargar a sua oferta, transformando-as num pólo de leitura aberto à comunidade.

Quanto aos recursos humanos, muitas vezes consegue-se fazer com estejam afectos à biblioteca dois funcionários, cujo horário é dimensionado com vista a assegurar a abertura. Não podemos esquecer que o pessoal não docente é da competência das autarquias, por isso bastaria que existisse vontade política para



desencadear uma dinâmica diferente num contexto considerado de intervenção prioritária.

5. Os conceitos “Joint-use libraries” e “Dual use libraries” já largamente implementado em países como os EUA, o Canada a Austrália e na Europa do norte. Sendo este países “ricos/ desenvolvidos” não fará muito mais sentido em países com menores recursos, como o nosso, a implementação deste conceito? E efectivar a rentabilização dos espaços e recursos materiais e humanos disponíveis numa determinada comunidade?

Carla Fernandes - A rentabilização é cada vez mais um imperativo das sociedades modernas, sob pena de termos instalada uma crise permanente. Daí a importância de pensar a agir estrategicamente, de forma a tirar o melhor partido do investimento feito e produzir os *outcomes* que lhe confirmam sustentabilidade.

Os conceitos de *Joint-use libraries* ou *Dual use libraries* são muito interessantes e bastante válidos, tendo em conta as razões que tive ocasião de expor na resposta anterior, acrescido ao facto de poupar imenso ao erário público. No entanto, como sabes, as realidades que apontas não partem do princípio de que as infra-estruturas já existem, ou seja, as bibliotecas adquiriram essa dupla dimensão *ab ovo*, excluindo um segundo investimento na rede de leitura pública. Em minha opinião, estando criadas as condições estruturais para que ambas funcionem, como é o caso da maioria os concelhos em Portugal, é muito importante que coexistam e se complementem porque a missão de uma e de outra é distinta, conforme prevêm os Manifestos internacionais da UNESCO. Um plano aprofundado e rigoroso de promoção da leitura e das literacias só se fará em pleno quando cada uma delas for capaz de actuar fortemente nas áreas de intervenção que lhe competem.

6. Quais os maiores obstáculos se poderão colocar à implementação destes conceitos?

Carla Fernandes - Haverá muitos obstáculos se já existir a pública e menos se ela não existir. Vamos fechar os espaços entretanto construídos e aos quais foram avocados recursos materiais e humanos?

Mesmo não existindo biblioteca pública, coloca-se a questão do uso livre a biblioteca escolar por utilizadores do público não escolares em tempo de actividade lectiva. Se queremos que os professores usem a biblioteca escolar nas suas práticas,



fazendo dela palco do processo de ensino-aprendizagem, colocando-a ao nível da sala de aula, com a elevada compensação dos recursos em multi-utilização, em grupo-turma, será difícil termos zonas específicas para a utilização do público não escolar.

Para além disto, acresce a dificuldade de definir o perfil do responsável por estes espaços. Com formação ou sem formação pedagógica? Professor ou técnico superior?

7. O Plano Nacional de Leitura, encara-o como um Plano com múltiplas possibilidades entre elas o fomento desta parceria entre as Bibliotecas Públicas e Escolares?

Carla Fernandes - O PNL surgiu com essa característica intrínseca, uma vez que o protocolo firmado com as Câmaras Municipais prevê um investimento equitativo.

8. Para uma efectiva concretização do “Joint-use libraries “ e “Dual use” embora o espaço possa ser comum, como observa a constituição de equipas de trabalho, organização e gestão global do mesmo?

Carla Fernandes - As equipas de trabalho seriam constituídas por um professor bibliotecário, com especialização obrigatória, um conjunto de técnicos habilitados (BAD), um técnico de informática e professores de diferentes áreas de formação e diferentes níveis de ensino com horas na BE, em complemento de horário. A gestão do espaço ficaria sempre a cargo do professor bibliotecário.

8.1. E a gestão de espaços e recursos materiais?

Carla Fernandes - Seria, naturalmente, da competência de um técnico responsável, nomeado para o efeito.

9. Algumas autarquias do nosso país, nomeadamente Óbidos e Oeiras, estão a intervir na construção de espaços escolares distintos (JI e 1ºECB) com a envolvência de zonas ajardinadas, pavilhões desportivos, auditórios e especialmente Bibliotecas. Estas valências são para utilização de toda a população local. Este conceito só será possível com a implementação deste tipo de escolas comunitárias?



Carla Fernandes - Não. Esse conceito existe em muitos dos novos Centros Escolares do país. As BE são geridas pelos Agrupamentos de escolas, em articulação com o coordenador do SABE, que faz o tratamento do fundo documental, como é habitual. A autarquia faz o investimento de renovação do fundo e das instalações que lhe compete.

9.1. Que impacto social pode ter na comunidade um Biblioteca de uso comum ou que seja partilhada por públicos distintos?

Carla Fernandes - A aproximação entre as diferentes gerações num mesmo espaço é um sinal evidente de oportunidade para alargar os hábitos de leitura na comunidade, para além do estreitamento das relações interpessoais que a componente sócio-afectiva da leitura permite.

10. Alguns autores como Sharon Honig-Bear, Willian Miller e Rita Pellen, entre outros, referem que o maior problema para a implementação do “Joint-use” e “Dual-use” está relacionado com o sentimento de posse dos intervenientes, da gestão de orçamentos e dos recursos humanos. Que comentário faz?

Carla Fernandes - O problema da posse dos documentos deixa de fazer sentido quando estiverem criados os catálogos colectivos das bibliotecas, que permitirão encarar a colecção como um conjunto de recursos ao serviço de todos. O *Joint-use e Dual-use* coloca, de facto, muitas questões de gestão global se não ficarem definidas *a priori* as competências das parceiros e dos recursos humanos que lhe estão afectos.

11. Os mesmos autores referem que para uma eficaz parceria/ partilha entre as instituições deve ser implementada uma atitude dos 5 C “Collaborate, Communicate, Cooperate, Change and Challenge.” Ou seja Colaborar, Comunicar, Cooperar, Estar preparado para a Mudança e apostar em novos Desafios. Na sua perspectiva acrescentaria mais algum passo/ atitude?

Carla Fernandes - Ser estratégico, isto é, actuar no momento certo, tendo em conta a avaliação criteriosa das circunstâncias e dos resultados.



12. O Professor Bibliotecário, como um estratega, é uma peça fundamental para esta mudança?

Carla Fernandes - Certamente, por tudo o que tive oportunidade de expor anteriormente.

13. Por último gostaria de acrescentar mais algum aspecto significativo que considere pertinente para esta abordagem?

Carla Fernandes - Será muito importante que os SABE continuem o seu trabalho de cooperação com as bibliotecas escolares e que as relações de estreitem cada vez mais para que se agilize um trabalho verdadeiramente complementado. O serviço público de leitura e as bibliotecas escolares não se excluem, pois cada um tem o seu enfoque legítimo. Convém acertarem estratégias quanto à intervenção que têm em comum junto do utilizador criança/jovem, porquanto o esforço de potenciar o seu crescimento intelectual e pessoal poderá ter um impacto mais significativo.

Muito obrigada pela sua colaboração!

Pedro Rafael Neto Gomes